HISTORIOGRAPHY OF THE CHILD CARE AND THE EMERGENCE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN BRAZIL

HISTORIOGRAFIA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Nina Márcia- Pereira Porto¹

*Pesquisa de dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais- UNICSUL

E-mail: n-porto@hotmail.com

Como citar:

PORTO, Nina Márcia- Pereira. Historiography of the child care and the emergence of early childhood education in Brazil. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Unifesp, 2017. p. 55-65.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22388/2525-5894.2017.05>

Resumo: Este trabalho compõe a dissertação de mestrado: Políticas públicas para o atendimento e expansão de creches em Guarulhos, desenvolvida no Programa de Pós Graduação stricto sensu em Políticas Sociais, durante o período de 2014 a 2016. Teve por objetivo identificar a história da infância e da educação infantil no Brasil, bem como verificar o momento em que se compreendeu que há uma relação intrínseca entre ambas. Foi uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa que nos levou a constatar que o Estado, historicamente, tem sido negligente frente às questões da infância e da educação infantil. Ademais, foi possível constatar que a iniciativa das ordens religiosas e da filantropia de assistir a infância desvalida e, posteriormente, de atender a educação infantil, pela ausência do Estado, lhes conferiu, por algum tempo, o status de referência na oferta desse serviço.

Palavras Chave: Historiografia. Infância. Educação infantil.

Abstract: This work composes the master's thesis: Public policies for the care and expansion of day care centers in Guarulhos, developed in the Stricto Sensu Post-Graduation Program in Social Policies, during the period from 2014 to 2016. Its objective was to identify the history of childhood and education in Brazil, as well as verify the moment when it was understood that there is an intrinsic relationship between both. It was a bibliographical and documentary research, with a qualitative approach that led us to verify that the State has historically been negligent in the face of childhood and early childhood issues. In addition, it was possible to verify that the initiative of the religious orders and the philanthropy of assisting the underprivileged childhood and, later, of attending to the infantile education, by the absence of the State, gave them, for some time, the status of reference in. **Key Words:** Historiography. Childhood. Child education.

INTRODUÇÃO

Como foi mencionado por Kuhlmann (2011), em seu livro “Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica”, para se compreender a educação infantil é preciso conhecer e compreender a história da infância que, por sua vez, se constitui da história da família, da assistência e da educação. Isso porque acredita, também, que a educação não se caracteriza como um recorte isolado, o qual surge em determinado período da história, e sim, por se tratar de um elemento inerente a ela.

Alinhamos nossos estudos a esse preceito por entendermos que, considerar essa transversalidade e a relação entre os fatos, nos aproxima de um sentido mais completo e real. Essa trajetória nos levou, a saber, com mais propriedade, como se deu o processo de surgimento e desenvolvimento das instituições de educação infantil no Brasil. Desse modo, buscamos estabelecer intersecção entre essas vertentes e outras que apareceram ao longo da história, conforme a literatura de que nos valem.

METODOLOGIA

Após realizar o levantamento de bibliografia que trata da história da infância e da educação infantil, selecionamos as seguintes obras: História social da infância no Brasil (Marcos cezar de Freitas), Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica (Moysés Khlmann Júnior), A política do pré-escolar no Brasil (Sonia Kramer), e Creches e pré-escolas no Brasil (Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Isabel M. Ferreira). A partir dessas leituras foi possível compreender diversas questões que circundam a infância e a educação infantil, bem como identificar o momento em que passam a ser reconhecidas como política pública. Esses textos foram lidos com a perspectiva que se ouve a mesma história de maneiras diferentes, e sempre que surgia algo que não encontrado na leitura anterior, era devidamente registrado. Esse exercício foi realizado várias vezes, e as anotações feitas permitiu-nos escolher os aspectos que gostaríamos de desenvolver nesse trabalho: infância abandonada, caridade religiosa, infância pobre, filantropia, educação infantil.

A INFÂNCIA ABANDONADA E A CARIDADE RELIGIOSA

O século XII foi o momento em que surgiram as confrarias de caridade em alguns países da Europa, as quais se fundamentavam no espírito de uma sociedade de auxílio recíproco, voltadas para a realização de obras de misericórdia, já proclamadas no século anterior. No sul da França, surgiu a confraria do Santo Espírito junto ao hospital, objetivando dar assistência aos pobres, aos peregrinos, aos doentes e às crianças abandonadas, chamadas de expostos¹. Essa irmandade foi transferida para Roma, por determinação do Papa Inocêncio III, pelo alto número de bebês encontrados mortos no rio Tibre (MARCÍLIO, 2012).

Essa ação deu vida ao primeiro hospital destinado a receber crianças abandonadas, dando-lhes assistência para tentar sobreviver. Dentro desse hospital foi instituído um sistema de proteção à criança exposta, o qual serviu de modelo para outras cidades italianas e países da Europa, sendo exportado para outros continentes nos séculos seguintes. Nesse hospital, as

¹ Essa expressão advém de um dispositivo rotatório criado originalmente para enviar alimentos, objetos e mensagens aos residentes em mosteiros e conventos medievais (MARCÍLIO, 2012).

crianças abandonadas eram recebidas através de uma roda, arrumada com um pequeno colchão, onde colocavam os bebês de modo que a identidade do responsável fosse preservada (MARCÍLIO, 2012).

Esse dispositivo teve origem nos cilindros rotatórios de madeira criados pelos átrios, mosteiros ou conventos medievais, usados para receberem objetos, alimentos e mensagens para seus moradores sem, contudo, permitir qualquer contato entre os internos e as pessoas que faziam o depósito desses materiais. Marcílio (2012) acrescenta, ainda, que essa finalidade chegou a ser distorcida por pais que colocavam seus filhos nessas rodas para serem cuidados, educados e batizados por essas instituições, e foi a partir dessa prática, distorcida, que surgiu a ideia de receber as crianças rejeitadas.

Adaptado pelas confrarias de caridade, esse dispositivo passou a se chamar roda dos expostos. De forma cilíndrica, repartida ao meio por uma parede, fixada no muro ou na janela da instituição, colocava-se a criança e girava a roda. Desse modo, a desistência era cometida, mas a identidade de quem a fez era resguardada.

As obras de caridade da confraria Santo Espírito chegaram a Portugal, onde se dedicaram a realizar trabalhos voltados aos doentes, peregrinos, pobres, prisioneiros e também às crianças abandonadas. O surgimento de instituições de assistência direta às crianças abandonadas ocorreu no momento em que houve o aparecimento de confrarias e corporações de ofício em Portugal, sendo o resultado de esforços da sociedade, clero e Coroa.

Entretanto, a decisão inicial de criar essas instituições partiu da figura feminina da alta nobreza. Em 1273 foi fundado o primeiro Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, pela Rainha D. Beatriz. Em 1321, por empreendimento da rainha D. Isabel, foi fundado o Hospital de Santa Maria dos Inocentes de Santarém e, posteriormente, foi criada a Real Casa dos Expostos, em Coimbra. Marcílio (2012) destaca que dentre todas as ações promovidas por confrarias, a mais importante e duradoura foi a da Caridade da Piedade, constituída por homens ricos que se dedicavam a cuidar da pobreza e sofrimentos alheios, de toda a espécie.

Essa confraria mais tarde deu origem à irmandade da Misericórdia – em 1498 e, posteriormente, à fundação das Santas Casas de Misericórdia – a qual assumiu também a responsabilidade de amparar as crianças abandonadas, passando a dividir esse compromisso com o Hospital de Todos os Santos, criado poucos anos antes. No entanto, as duas instituições – as maiores em Lisboa – passaram a se conflitar pelo domínio dessas ações, e a partir do decreto de D. Manoel, em 1543, que concedeu à Confraria de Misericórdia a incumbência de cuidar dos expostos que estavam sob a responsabilidade do Hospital Real de Todos os Santos, essa animosidade acabou. Posto isso, coube à Santa Casa de Misericórdia assumir a

assistência à infância abandonada, agora com o subsídio que a câmara municipal deveria dar. (MARCÍLIO, 2012).

No Brasil, as Santas Casas de Misericórdia foram implantadas por Portugal em 1539, sendo as dez primeiras nos seguintes períodos: 1539 – Santa Casa de Misericórdia de Olinda (PE)²; 1543 – Santa Casa de Misericórdia de Santos (SP); 1549 – Santa Casa de Misericórdia de Salvador (BA); 1582 – Santa Casa do Rio de Janeiro (RJ); 1551 – Santa Casa de Vitória (ES); 1599 – Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (SP); 1602 – Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa (PB); 1619 – Santa Casa de Misericórdia de Belém (PA); 1657 – Santa Casa de Misericórdia de São Luís (MA) e em 1792 – Santa Casa de Misericórdia de Campos (RJ).

Já o sistema de atendimento às crianças rejeitadas chegou a partir do século XVIII, também por meio de permissão da Coroa portuguesa. Tivemos treze rodas de expostos no Brasil. Três criadas no período colonial (Salvador, Rio de Janeiro e Recife), uma no início do Império (São Paulo) e as demais sob a Lei dos Municípios que isentava a Câmara de responsabilidade sobre as crianças abandonadas, desde que houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se propusesse a esse trabalho. Para minimizar as dificuldades para manter esse serviço, algumas ordens religiosas, de irmãs, foram trazidas para assumir a administração de algumas casas.

Segundo Gumiero (2013), em meados do século XIX, muitas ordens religiosas e femininas chegaram ao Brasil: as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Irmãs de São José de Chambéry, Irmãs de Santa Dorotéia de Frassinetti, Irmãs Franciscanas da penitência e da caridade cristã, Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, dentre outras. A congregação das irmãs de São José de Chambéry, vindas da França, dentre outras atividades, passou a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia de Itu, em 1867 e, em São Paulo, em 1872. Além dessas, outras também vieram para o território brasileiro: Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã e Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

Com poucas condições de dar asilo aos expostos, as instituições incumbidas desse trabalho buscavam colocar os bebês em casa de amas de leite, a fim de que após o período de amamentação a criança pudesse ser mantida naquele lar. Infelizmente, essa oportunidade não foi dada a muitos, pois a partir do momento em que as amas não recebiam mais os salários, sem ter para onde ir, essas crianças acabavam perambulando pelas ruas, onde se prostituíam, cometiam pequenos furtos e/ou viviam de esmolas. (FREITAS, 2012).

² Muito embora apareça a Santa Casa de Misericórdia de Olinda como a mais antiga do Brasil, não existe documentação oficial que comprove ter sido esta a data da sua fundação. Portanto, oficialmente, a de Santos é considerada a primeira do Brasil.

Frente às configurações econômicas e sociais apresentadas no século XX, as obras de caridade passaram a absorver os objetivos da filantropia sem, contudo, abdicar dos preceitos religiosos. De acordo com Marcílio (2012), dentre os objetivos e táticas absorvidos da filantropia, ativeram-se, principalmente, à questão de prevenção de desordens. Desse modo, a atuação das Santas Casas de Misericórdia para os pobres, expostos e doentes, pautada prioritariamente nos princípios de caridade, motivo principal de sua fundação, passou a ser na perspectiva da filantropia. Ademais, ordens religiosas fundaram asilos e orfanatos com o objetivo de prevenir e remediar as infrações provocadas pelos menores abandonados.

A filantropia emergiu dentro de um novo preceito de assistência, baseado na ciência, diferindo-se da caridade pelas finalidades de seus objetivos: oferecer muito mais que a ajuda material, de modo que houvesse mudanças na vida dessas pessoas. O recolhimento dessas pessoas nessas instituições não era o suficiente, era necessário ofertar condições capazes de promover o seu estabelecimento ou restabelecimento social.

Diante desse novo enredo social, a roda dos expostos foi extinta no Brasil a partir do século XX, sendo que a de São Paulo e a de Salvador conseguiram existir até o ano de 1950. O encerramento desse serviço foi pedido em manifestações realizadas por médicos e higienistas na Europa, ainda no século XIX, como protesto pelas precárias condições dessas instituições que levavam crianças à morte.

A INFÂNCIA POBRE E A FILANTROPIA

A filantropia surgiu não somente para as crianças abandonadas, doentes e pobres. Seu aparecimento se deu também em virtude da necessidade que emergia por conta da Revolução Industrial no Brasil, e dos movimentos feministas. Surge uma demanda que até então não existia: cuidar e proteger as crianças cujas mães passaram a trabalhar nas indústrias. A esse respeito, Freitas (2012, p. 20) acrescenta: “A infância passa a ser ‘visível’ quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos”. O autor acrescenta, ainda, que foi durante esse período que as crianças se transformam em menores e passam a ser qualificadas como abandonadas e delinquentes.

A Revolução Industrial trouxe o processo de urbanização e, em seu ápice, a explosão demográfica, refletindo num emergente interesse pela causa das crianças pequenas, a qual passou a ser enxergada, já que a mão de obra feminina também passou a ser requerida. De acordo com dados do IBGE, em 1872, o Brasil tinha 9.930.478 milhões de habitantes; em 1940 tinha 41.165.289 milhões e em 1950 – seis anos antes de terminar o período mais importante da Revolução Industrial no Brasil – a população era de 51.941.767 milhões de

peessoas. Observa-se que, à medida que o progresso se amplia, o crescimento demográfico aumenta também.

Com todas essas transformações, a sociedade passa a apresentar um novo comportamento frente à oferta de serviços prestados pelo Estado. Sobretudo, a respeito da provisão de instituições que pudessem assumir o papel de cuidar dos seus filhos. A esse respeito, cabe lembrar que, na Europa, desde o século XVIII, já havia creches e, desde o século XIX, jardins de infância para os filhos de mães operárias (KRAMER, 2011).

Alguns grupos de pessoas da sociedade civil vislumbravam a ideia de haver creches e pré-escolas no Brasil, como já tinham sido instituídas em outros países da Europa. Contudo, o cenário econômico e familiar que aqui prevalecia não os conduzia a requerer creches e jardins de infância, até porque, o trabalho feminino era doméstico e a educação das crianças pequenas acontecia no ambiente familiar. Portanto, não existiam razões fortes o suficiente, para fazer o Estado se interessar por essa causa. Nesse período, a dificuldade de oferecer a instrução primária para todos constituiu-se, também, num fator relevante, contribuindo para que ações políticas para a instituição de pré-escolas e creches fossem descartadas.

Esse cenário eximiu o Estado de qualquer manifestação política sobre a oferta de creches e pré-escolas, persistindo alguns poucos movimentos liderados por alguns grupos da sociedade.

O primeiro jardim de infância no Brasil foi inaugurado em 1875, pelo médico Joaquim Menezes Vieira e sua esposa Carlota Vieira, sendo a segunda erguida em São Paulo, em 1896, anexa à escola normal, com o objetivo de servir de modelo para o sistema de educação paulista. Entretanto, elas se destinaram apenas aos filhos de famílias ricas. Outras foram inauguradas nas demais capitais, mas com o mesmo objetivo: servir à classe alta (BRASIL, 2013).

Em 1899, Arthur Moncorvo Filho, depois de perder seu primeiro filho, passou a dedicar sua vida a trabalhar para as crianças pobres, fundando o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Entretanto, a instituição ampliou-se de tal modo que outras foram inauguradas pelo Brasil, oferecendo serviços de várias naturezas, mas ligados às crianças: creches, jardins de infância, escolas elementares, hospitais infantis etc. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a primeira creche brasileira para os filhos de operários da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. Acrescenta-se que esse procedimento era constantemente recomendado durante os congressos que discutiam a assistência à infância, como parte de uma proposta de regulamentação das relações de trabalho, dando especial atenção ao feminino (KUHLMANN, 2010).

Através das indústrias, outras creches para os filhos de trabalhadores foram inauguradas: Companhia de Tecidos Aliança (RJ), em 1904; creche da Vila Operária Maria Zélia, pertencente à indústria de Jorge Street (SP), em 1918; creche da indústria Votorantim (SP), em 1925. Uma vez que essas ações ocorriam por conta própria dos proprietários das indústrias, elas eram tratadas como uma benesse dada aos funcionários. Tivemos outras iniciativas além das realizadas pelas indústrias: a entidade Patronato de Menores, por exemplo, foi fundada por juristas brasileiros em 1906, no Distrito Federal, inaugurando por iniciativa própria a Creche Central, em 1908; a Assistência Santa Thereza foi fundada em 1916 e, dentre vários objetivos de cunho social, também prestavam o serviço de creche diurna e recolhimento de crianças desamparadas; a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva foi criada sob a direção de Anália Franco, a qual, dentre os seus propósitos, em 1913 anunciou a fundação da creche Baroneza de Limeira para os filhos de criados e operários (KUHLMANN, 2010).

As associações filantrópicas no Brasil foram criadas, de modo considerável, a partir de 1930, para cuidar da infância desamparada, como o Rotary Club, Liga das Senhoras Católicas e a Cruzada Pró-Infância, que tinha entre suas criadoras, Pérola Byington. Além dessas, outras, tanto públicas quanto privadas, imperavam no país.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO DAS CRIANÇAS E DEVER DO ESTADO

A preocupação em cuidar da infância brasileira ganhou um pequeno espaço no cenário das políticas públicas quando o Ministério da Educação e da Saúde foi criado em 1930, e a partir de então algumas ações foram iniciadas. Em 1961, com a promulgação da primeira lei de Diretrizes e Bases do Brasil, n. 4024/61, o país passou a ter um direcionamento para a educação de crianças abaixo de 7 anos. De acordo com o capítulo I da Lei n. 4024/61:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Observa-se que o acesso às creches e pré-escolas não é descrito como direito, e, tampouco, há qualquer responsabilização por parte do Estado sobre a prestação desse serviço. Se considerarmos as iniciativas de congressos que recomendavam às indústrias construir creches para os filhos de seus funcionários, conforme mencionamos anteriormente, o poder público teve apenas o trabalho de incorporar essa orientação ao texto da lei. O fato de o

Estado delegar essa responsabilidade às instituições privadas deixa transparecer uma visão indiferente, descomprometida e perversa.

É válido lembrar que, entre 1962 a 1970, o Índice de Mortalidade Infantil (IMI) no Brasil teve um acréscimo de 15%, elevando o número de 94,6 para 108,7 de óbitos de crianças abaixo de um ano de idade, em cada 1.000 nascidos vivos (SABÓIA, 1976). Freire (2011) acrescenta que essa indiferença política com a assistência a crianças (ausência de oferta de serviços) encontrava-se num contexto de altos índices de mortalidade infantil no Brasil.

Coincidentemente, em 1971, a Lei n. 4024/61 foi reformulada e passou a vigorar a Lei n. 5692/71, porém, no que diz respeito ao atendimento às crianças abaixo dos 7 anos, o Poder Público manteve sua conduta de indiferença e imparcialidade. O texto da Lei n. 5692/71 não trouxe nenhum tipo de alteração sobre o disposto da Lei n. 4024/61, ao contrário, as poucas e superficiais menções feitas na primeira LDB, foram suprimidas na segunda.

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. (Grifo nosso).

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.

Limitar o atendimento das crianças abaixo de 7 anos a um parágrafo é, em nosso entendimento, uma prova cabal da indiferença e negligência que imperava no cenário político sobre essa matéria. Ademais, usar o verbo velar para se referir ao tratamento que essas crianças receberiam, mostra o quanto é limitado.

A legislação com maior impacto sobre a oferta de creches veio somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu a todo cidadão brasileiro o direito à educação e outros direitos sociais, previstos no Capítulo II, Artigo 6º. Ressaltamos que o termo educação infantil apareceu na Constituição Federal de 1988, através da Emenda

Constitucional n. 14 de 1996 quando, dentre outras providências, definiu o campo de atuação sobre a educação brasileira, delegando-a às esferas federal, estadual e municipal.

Nesse momento, o Estado se admite como o responsável por prover creches e reconhece o direito de toda criança a acessá-las. Apesar de verificarmos que sobre os mecanismos de regulação e controle não há orientação sobre como a população deve proceder para fazer valer esse direito, caso o executivo responsável não o faça, não há indicação da responsabilização, conforme Capítulo III, Artigo 211:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 14, de 1996).

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 14, de 1996).

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 14, de 1996).

Posterior à publicação da emenda constitucional n. 14, de 1996, tivemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/1996 que reapresentou essas determinações, as quais vigoram até hoje. Em seu Art. 9º, a União foi incumbida de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos territórios. No Art. 10, aos estados foi atribuída a responsabilidade de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. E por fim, no Art. 11, aos municípios coube a tarefa de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.

No caso dos estados e municípios, foi acrescentada a orientação de que é permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. No entanto, não há nenhuma indicação de sanções a serem sofridas caso não respeitem essa disposição. De todo modo, não podemos deixar de considerar que, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, n. 9394/1996, bem como o Estatuto da criança, n.8069/1990, abriram portas para novas reivindicações e conquistas, as quais, muito embora estejam longe de ser o ideal, aos poucos vem acontecendo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. A educação infantil nos países do Mercosul: uma análise comparativa de legislação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002253/225334POR.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Censo histórico:** 1872 a 1920. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. **Emenda constitucional constituição federal nº 14/1996.** Brasília, DF: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. **Indicadores de qualidade na educação infantil.** Brasília, DF: MEC, SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 4.024/61.** Brasília, DF: MEC, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 5692/1971.** Brasília, DF: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, SP, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. **Lei 8242, de 12 de outubro de 1991.** Cria o conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8242.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Lei 8.642, de 31 de março de 1993.** Dispõe sobre a criação do programa nacional de atenção integral à criança e ao Adolescente - Pronaica. Brasília DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/1989_1994/L8642.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 9394/1996.** Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Nascidos vivos.** Brasília, DF: SUS, 2016. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvSP.def>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. **Orientações curriculares para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4858-orientacoes-curriculares-ed&Itemid=30192>. Acesso em: 04 jan. 2016.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Morsolletto. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2006.

FREITAS, M. C. D. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUMIERO, F. **As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: colônia e império**. p. 68. Disponível em:

<http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art4_as_ordens.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca da Educação - Série 1 - Escola; v.3).

KUHLMANN, M. J. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. Ed. Porto Alegre: Medicação, 2010.

MARCÍLIO, M. L. In: FREITAS, M. C. D. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. Brasília: MEC-Ufscar/Neab, 2012.

SABÓIA, J. L. M. **Mortalidade infantil e salário mínimo uma análise de intervenção para o município de São Paulo**. Rio de Janeiro, 1976. p. 1.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901976000300006>. Acesso em: 04 jan. 2016.